

## Problemas no ensino-aprendizagem de E/LE. Abordagens diversas do grau e da transitividade na gramática espanhola e portuguesa.

José Alberto Miranda Poza – UFPE

### Resumo

Neste trabalho são analisados e discutidos dois problemas de índole gramatical (a categoria *grau* e a transitividade verbal) que apresentam enfoques e concepções bem diferentes, respectivamente, nas gramáticas de língua espanhola e portuguesa. Aliás, salienta-se a dificuldade que o aluno de letras enfrenta quando estuda espanhol como segunda língua, pois além dos problemas habituais de compreensão e aprendizagem de novas estruturas deve salvar desafios relativos à compreensão de conceitos gramaticais que implicam com abordagens diversas.

**Palavras-chave** grau, substantivo, adjetivo, transitividade, objeto direto, gramática espanhola, gramática portuguesa, lingüística comparada

### Abstract

This paper analyses and discusses two grammatical problems (verbal transitivity and the category 'degree') which present very different features in Spanish and Portuguese grammar. We stress the difficulties met by the student of Spanish as a second language, since besides the habitual comprehension problems and the learning of new structures he must face challenges related to the comprehension of grammatical concepts implying very different approaches.

**Keywords:** degree, noun, adjective, transitivity, direct object, Spanish grammar, Portuguese grammar, comparative linguistics

## **1. Introdução**

É abundante a literatura que atualmente existe a propósito das estratégias, conhecimentos e qualidades que deve desenvolver o professor de língua estrangeira em geral e de espanhol em particular no momento de aplicar um método efetivo nas aulas que ministra. Os critérios considerados como “tradicionais” apenas limitados à reprodução, de forma mais ou menos feliz, de esquemas gramaticais como marco prévio para a realização de exercícios descontextualizados (preencher lacunas) e repetitivos, foram substituídos, quase sem solução de continuidade, por novas propostas que denegriam qualquer referência à gramática, reduzindo sua presença, na melhor das hipóteses, à mínima expressão e, quase sempre, no âmbito da marginalidade. Porém, com o passar do tempo, há indícios de que as teorias que manifestavam esta aberta animadversão pela gramática, mesmo se podemos dizer que não desapareceram completamente, acalmaram ao menos seu ímpeto inicial chegando-se até um ponto de relativo equilíbrio entre as duas posições outrora enfrentadas. Nesse sentido, dentro do âmbito hispânico, BUGUEÑO MIRANDA (1998), advogava por um tipo de professor de línguas estrangeiras — em especial, de língua espanhola e, ainda, no Brasil, cuja função não pode estar limitada ao fato de ser um simples animador cultural, como muitos pretendem. Um profissional do ensino de línguas estrangeiras — sobre tudo se é formador de professores, deve conhecer os mecanismos que regulam a gramática. É só assim que será possível detectar, do início, os problemas reais de compreensão e as dificuldades que vão aparecer no processo de aprendizagem, o que permitirá situar o professor em disposição de proporcionar e utilizar os melhores métodos e estratégias para culminar com sucesso a assimilação e a aquisição das novas estruturas lingüísticas por parte do aprendiz.

## **2. A origem do problema. Sobre a imprecisão da terminologia lingüística.**

Quando conferimos as informações, conceitos ou conhecimentos de gramática e/o lingüística que na prática apresentam os alunos de letras

quando começam seus estudos universitários, comprovamos que são confusos, cheios de equívocos ou, às vezes, simplesmente errados. Então o labor do formador de professores, ao menos desde a perspectiva da transmissão de conhecimentos referentes a questões conceituais (e, também, por que não, práticas), volta-se quase impossível. Às dificuldades previstas e assumidas consistentes na transmissão de novas formas e estruturas específicas da língua-meta, une-se a desorientação que representa, tanto para quem ensina quanto para quem aprende o uso de conceitos lingüísticos não coincidentes ou, inclusive, completamente opostos, no desenvolvimento do processo de ensino, como já explicamos em outros lugares com outros propósitos (MIRANDA POZA, 2008; MIRANDA POZA e COSTA, 2008).

São dois os problemas que queremos trazer agora aqui como amostra do que podemos denominar *discrepâncias conceituais* entre o que é postulado nas gramáticas de língua portuguesa e nas gramáticas de língua espanhola: a existência (ou não) de *grau* no substantivo e o tratamento diverso da *transitividade verbal*. Nesse sentido, faz já algum tempo que o professor MASIP (2000) chamou a atenção deste fato, o que lhe empurrou, naquele momento, a escrever uma gramática da língua portuguesa para estrangeiros que incluía uma boa porção de termos (e conceitos associados a tais termos) que não eram habituais na terminologia gramatical habitualmente utilizada nas aulas de língua portuguesa no Brasil.<sup>1</sup>

Aliás, e só a título de referência, podemos citar aqui os argumentos expostos por ALONSO-CORTÉS (2002, p.89) a respeito da existência de divergências na teoria lingüística em geral — isto é, não apenas quando confrontamos duas ou mais línguas entre si, conseqüência da particularidade e complexidade que apresenta a linguagem quando constitui o objeto de estudo e análise para o cientista ou pesquisador:

Toda ciência parte de alguns elementos que lhe são dados. A física ocupa-se de coisas tais como o movimento ou a queda dos objetos pesados. A sociologia ocupa-se de objetos como a família, os sindicatos, as eleições, etc. Em geral, as ciências partem de elementos ou objetos de relevância imediata. A lingüística, porém, não possui esses elementos ou unidades imediatas. A atividade da fala não deixa ver ao pesquisador

esses objetos que para a física e a sociologia resultam de relevância imediata. A fala requer uma prévia tarefa de reflexão sobre um objeto (a língua) que, por sua vez, permite a reflexão e o pensamento. Um objeto estudado pela física, por exemplo, a trajetória de um projétil, não é modificada pelo estudo das suas leis. Porém, a análise da atividade lingüística está muito ligada ao sujeito que a estuda. Estudamos uma língua desde o conhecimento intuitivo que temos de alguma outra língua. Esta característica pode obscurecer a observação da língua. Portanto, a língua manifesta-se de forma heterogênea. As línguas acompanham o homem em toda sua atividade, tanto individual como social. Não deve surpreender o fato de que o estudo da língua origine variadas e complexas disciplinas que aparentemente defendem teses contraditórias e terminologias diferentes.

### 3. Análise do primeiro problema: o *grau*.

#### 3.1. O *grau* nas gramáticas de espanhol. (Víd. Quadro 1 nos anexos)

Para o problema que vamos analisar em primeiro lugar, o *grau*, consultamos as referências que sobre ele aparecem nas principais gramáticas da língua espanhola. Se começarmos pela doutrina acadêmica, e aguardando o iminente lançamento da nova gramática já anunciada, tanto na última edição da *Gramática* propriamente dita (1931) como no ensaio que no seu momento supus o *Esbozo* (1981), mesmo mantendo o inveterado costume de agrupar as categorias *substantivo* e *adjetivo* dentro de apenas uma classe maior (*nome*), quando é abordado o estudo do primeiro nada se diz acerca da existência de *grau* (1931, cap.II, p.12-26); porém, quando é analisado o adjetivo, reserva-se um ponto específico a respeito do *grau*: *positivo, comparativo* e *superlativo* (1931, cap.III, p.27-32; 1981, p.195-198). Aliás, a Academia fala, em 1931, de aumentativos e diminutivos – que ocorrem por igual em substantivos e adjetivos (*hombre-hombrón-hombrecillo*; *mujer-mujerona-mujercita*; *bueno-buenecillo-[buenazo]*), remetindo no segundo caso ao que já foi dito no primeiro, sem que possa ser achada nenhuma relação entre os conceitos de *grau* (*positivo, comparativo* e *superlativo*) e *tamanho/valorção* (aumentativos e diminutivos).

Além da doutrina oficial, ALCINA e BLECUA, que também participam do agrupamento de *substantivos* e *adjetivos* sob uma supra-categoria, o *nome*, apenas quando abordam o adjetivo mencionam o *grau*, e,

portanto, como característica específica dele. É verdade que eles precisam a respeito do conceito em si de *grau*, o que talvez fosse bom lembrar aqui, que não exprime apenas uma determinada qualidade que se predica de um sujeito através de um adjetivo, senão que tal expressão

poderá referir-se em quantidade e proporção variáveis que irão: a) do que o adjetivo significa até a atribuição mais intensa (*español / muy español*); b) em dupla direção, da afirmação da predicação até a intensificação máxima o sua total negação (*bueno / malo*). (ALCINA e BLECUA, 1989, p.573)

Em seguida apontam que a *gradação* poderá ser, por sua vez, *léxica*, quando a língua oferece palavras diferentes para expressar cada um ou alguns dos *graus de intensidade do adjetivo* (*ardiente-caliente-templado-tibio-fresco-frío-helado-gélido; bueno-regular-malo*) e *morfológica* ou *sintáctica*, mediante derivativos (formação interna: *rapidísimo, celeberrimo*) ou por meio de uma construção (locução: *muy rápido, muy célebre*).

Em outra das gramáticas clássicas da língua espanhola (ALONSO e HENRÍQUEZ UREÑA, 1938) — reeditada apesar de ser muito antiga, o que é prova de sua completa vigência, nada se diz, em perfeita consonância com o até agora dito, acerca da possível existência de graus de significação no substantivo, mas, no início do capítulo consagrado ao adjetivo, fala-se de seus graus de significação (p.57): “*alto, más alto, altísimo*, respectivamente, positivo, comparativo e superlativo”.

Nas gramáticas modernas e de publicação mais recente, GÓMEZ TORREGO (1997, p.32-47; 49-65) ou ALARCOS LLORACH (1999, p.71-84; p.94-106), podemos afirmar que são mantidos conceitos semelhantes aos já apontados, isto é, a categoria *grau* não é mencionada quando se fala do substantivo e sempre aparece dentro da análise do adjetivo.

Mas se, por acaso, não é suficiente com esta parva amostra para estabelecer uma doutrina sobre o conceito de *grau* na tradição gramatical em língua espanhola, queremos oferecer dois últimos testemunhos, um de caráter sincrônico e geral, o outro realizado desde uma perspectiva diacrônica. Começando por este último, ALVAR e POTTIER (1983), deixam

entrever de forma clara, ao mostrar a evolução das classes de palavras do latim ao espanhol, a pertença do *grau* para os adjetivos como categoria exclusiva deles (“comparativo”, p.80-82; “superlativo”, p.83-87), frente à ausência de menção ao *grau* quando falam do substantivo, dentro do qual, apenas se faz referência ao *gênero* e *número* como “categorias flexionais próprias” (p.39-59).

Voltando agora à menção de uma gramática sincrônica e de caráter geral da língua espanhola, com a que pretendíamos evocar a gramática descritiva de BOSQUE e DEMONTE (1999), verdadeiro *vademecum* do estudioso da língua espanhola, constatamos que nada se diz acerca da possível existência de *grau* nos substantivos (*Primera Parte: Sintaxis básica de las clases de palabras: Nombre común. Nombre propio*). Ora, quando se descreve a categoria *adjetivo*, e dentro dela, quando se faz referência aos *qualificativos*, a gradação aparece precisamente como uma das características próprias que conformam sua identidade específica. Tomando como base as idéias vertidas por BIERWISCH (1967), é respondida afirmativamente a hipotética pergunta de se é possível encontrar algum *traço semântico básico distintivo* nos adjetivos qualificativos afirmando que a propriedade semântica central deles é, precisamente, possuir um *significado de grau* (BOSQUE e DEMONTE, 1999, v.1, p.172-173):

Todo adjetivo desta classe leva implícito um constituinte de grau que incide em sua conduta sintática e permite estabelecer distinções entre os adjetivos no referente à forma de possuir tal grau:

- a) *Extremamente gordo / Increíblemente rápido / Muy delgado / Tremendamente malo / Poco discreto*
- b) *Juan es el doble de alto que su hermano / Pedro es menos estudioso que Luis / Este coche corre el triple de rápido que el tuyo*

Por fim, é suficiente dizer que a situação que acabamos de descrever não é diferente da que aparece descrita nos principais dicionários de lingüística mais destacados, dentre outros, DUBOIS (1979) ou WELTE (1985).

### 3.2 O *grau* nas gramáticas de português.

Qual é a idéia que, deste conceito tem adquirido o aprendiz de espanhol que estudou o *grau* nas gramáticas de língua portuguesa que circulam pelo Brasil? Pois esse aluno tem, na verdade uma idéia bem diferente da que até aqui desenhamos. Porque, e só por citar os exemplos mais celebrados, PASCHOALIN (1996), MAIA (2000), BECHARA (2004), CEREJA (2005) e, antes de todos eles, TERRA (1991), de forma absolutamente sistemática, proclamam a indubitável existência de *grau* nos substantivos, identificando *grau* com o conceito de *tamanho* e acrescentando, ainda, que pode manifestar-se de duas formas: *analiticamente*, através da modificação léxica mediante um adjetivo (*casa grande, casa pequena*) ou  *sinteticamente*, através de um morfema específico (*casarão, casinha*).

E, claro, o problema se espalha quando um autor que trabalha a partir de tais pressupostos gramaticais escreve uma gramática de espanhol. Por exemplo, MILANI (1999) não duvida em afirmar que os substantivos espanhóis apresentam variação de grau: assim, a partir do substantivo *libro*, formam-se *librito* (“*grau diminutivo*”) e *libraco* (“*grau aumentativo*”). No entanto, imediatamente, chega a admitir que:

Muitas vezes os aumentativos e os diminutivos não estão relacionados à idéia de aumento ou diminuição de tamanho, mas servem para expressar desprezo, vulgaridade, afetividade. (MILANI, 1999, p.52)

Então, cabe perguntar-se de onde provém a idéia tão arraigada na tradição gramatical em língua portuguesa de admitir a existência de *grau* nos substantivos, tão longe da tradição em língua espanhola e ainda como veremos tão discutível da perspectiva conceitual. A resposta a essa pergunta se encontra nas reflexões de autores como ZANOTTO (2001) a propósito de um quadro sinóptico da flexão no substantivo e no adjetivo elaborado conforme os postulados da NGB (*Nomenclatura Gramatical Brasileira*). Nele figuram como morfemas flexivos do substantivo e do adjetivo *gênero*, *número* e *grau*. Adverte ZANOTTO que um dos primeiros que contestou tal classificação foi CÂMARA Jr., para quem o conceito de grau não constitui

em português um processo de caráter gramatical, “porque não se trata de um mecanismo obrigatório e coerente nem estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si” (*Apud.* ZANOTTO, 2001, p.64). É a partir de aqui que o próprio autor chega a uma inequívoca conclusão (*Ibíd.*):

Conclui-se com facilidade, então, que o grau apresenta as características dos fatos derivacionais. Sua inclusão entre as possibilidades flexivas da língua deve-se a uma atitude de imitação à gramática latina, em que havia motivos para enquadrar o grau entre as flexões.

Não é este o momento de discutir a última afirmação de ZANOTTO. O que interessa agora é sua posição, já anunciada por CÂMARA Jr., e que é compartilhada, em maior ou menor medida por outros estudiosos da língua portuguesa, como KEHDI, quem insiste no argumento já apontado de *elemento não obrigatório*, circunscrevendo a flexão no substantivo “apenas a gênero e número” (1990, p.29), ou, por fim, como SILVA e KOCH, que falam de “morfemas derivacionais” quando se referem aos que aparecem em formas como *livr-eiro, livr-aria, livr-inho*, por oposição aos “morfemas flexionais, que obedecem a uma sistematização obrigatória” (1995, p.24).

### **3.3 Síntese do problema e conclusão: o que devemos entender realmente por *grau*.**

Se nos detivermos a analisar os dados coletados, uma vez expostos e classificados, repararemos imediatamente no fato de que, entre aqueles que se mostram partidários da existência de *grau* nos substantivos, não é explicado por que dito conceito (mesmo aceitando a possibilidade de que, efetivamente, existe para essa classe de palavras) se manifesta de forma tão diferente a como se dá no adjetivo. Queremos dizer que não é o mesmo o parâmetro *tamanho* (maior ou menor) que os parâmetros *quantificação* e *comparação*. Por outro lado, não devemos esquecer que a conceição que aparece nas gramáticas de português pode ser devida a um fato completamente alheio ao sentido/significado e que está mais relacionado com a forma. Evocamos aqui a posição dos autores que falam de *morfemas*

*flexivos* quando se referem ao *grau* nos substantivos por contraposição com os *morfemas léxicos*. Nesses casos, o que é posto em questão é o fato de que certos morfemas de caráter supostamente léxico (aumentativos, diminutivos ou, em geral, apreciativos) não mudam a categoria da base léxica como ocorre habitualmente com os morfemas de esta classe, algo que coincide com o comportamento dos morfemas de caráter flexivo. Nesse sentido, formas como *perrito, perrillo, perrazo* (todos eles substantivos) deveriam considerar-se variantes da forma de palavra *perro* (substantivo também), isto é, flexões, que dariam conta do parâmetro *tamanho* (o que, semanticamente representaria o *grau* nos substantivos). Entanto que, por exemplo, uma forma como *comarcal* (adjetivo) seria uma forma derivada (por sufixação léxica) de outra palavra pertencente a uma classe gramatical diferente, *comarca* (substantivo).

Mas, o verdadeiro *quid* da questão não é um assunto de caráter formal, senão conceitual. E para entendê-lo na sua justa medida utilizaremos o auxílio dos clássicos. Nossa tese advoga pelo fato de que não pode se falar da existência de *grau* no substantivo simplesmente porque o conceito mesmo de *grau* é incompatível com o conceito de *substantivo*, e, por sua vez, perfeitamente pertinente com o de *adjetivo*. Nesse sentido, quando Aristóteles no *Órganon* analisa o que ele chama de *categorias* ou *predicamentos*, isto é, as classes de palavras consideradas isoladas do discurso —“cada uma das coisas que se dizem fora de toda combinação” -, ditas *categorias* significam:

Significado	Categorias	Exemplo
uma <b>entidade</b>	substancia	<i>homem, cabalo</i>
um <b>quanto</b>	quantidade	<i>de dois cotovelos</i>
um <b>qual</b>	qualidade	<i>branco, letrado</i>
Um <b>respeito a algo</b>	relação	<i>dobro, metade, maior</i>
um <b>onde</b>	lugar	<i>no colégio, na praça</i>

um <b>quando</b>	tempo	<i>ontem, no ano passado</i>
um <b>encontra-se situado</b>	situação	<i>jaz, está sentado</i>
um <b>estar</b>	hábito	<i>vai vestido, vai armado</i>
um <b>fazer</b>	ação	<i>cortar, queimar</i>
um <b>padecer</b>	paixão	<i>ser cortado, ser queimado</i>

Ocorre que a entidade não admite o mais e o menos ou, em outras palavras, aquilo que a entidade é não se diz que o seja mais ou menos, por exemplo, se tal entidade é *homem*, não será *mais ou menos homem* nem com respeito a si mesmo nem com respeito a outro. Com efeito, não há nenhum homem que o seja mais do que outro (num sentido substancial, essencial, não metafórico), porque, nesse caso, seria denominado mediante outro termo porque se tratava de outra entidade, de outro nome – por exemplo, *deus, animal*, etc. Ao contrário, se nos referirmos ao *branco*, pode ser isto *mais branco que* aquilo ou, em fim, si nos referirmos ao corpo, si está *quente*, diz-se que está mais quente e também que está menos (quente). Da *entidade* (substantivo), porém, nada de isso se diz, portanto, **A ENTIDADE (SUBSTANTIVO) NÃO ADMITIRÁ O MAIS E O MENOS, ISTO É, O GRAU, CARACTERÍSTICA PRÓPRIA DO QUAL (ADJETIVO)**.

Apenas um corolário, cuja solução não podemos dar agora pelas exigências de espaço. Já o próprio Aristóteles advertia que existem termos que podem compartilhar ambas as categorias (substantivo e adjetivo), que não seguem esta norma comum que desenhamos. Falava, por um lado, dos substantivos que expressam conceitos abstratos, como *justiça, beleza* e, por outro, dos adjetivos não qualificativos, que em muitas gramáticas aparecem como *relacionais (triangular, quadrangular)*.

#### 4. Análise do segundo problema: a transitividade.

##### 4.1 Sobre o conceito de “Objeto Direto” em espanhol e em português. Transitividade e complemento verbal.

Para começar, devemos fazer referência ao próprio conceito de **objeto direto**, pois existem algumas discordâncias entre o que habitualmente se reflete, respectivamente, nas gramáticas de língua espanhola e nas de língua portuguesa. Por outro lado, em espanhol, determinados substantivos, quando desempenham a função de objeto direto, vão obrigatoriamente precedidos pela preposição **a**, coisa que não ocorre em português, e, quando acontece, é de forma excepcional. Exceções que, pontualmente refletem, em maior ou menor medida, as gramáticas mais conhecidas e atuais da língua portuguesa. Assim, por exemplo, BECHARA (2005, p.418-419) oferece, dentre outros, exemplos de **objeto direto preposicionado** em português: *Conhecem-se uns **aos outros*** (motivado pela reciprocidade) / *A **Abel** matou **Caim*** (justificado pela inversão sujeito-objeto, pois, no caso contrário, não poderia determinar-se com toda certeza que palavra – substantivo, desempenha a função de sujeito e qual a de objeto, isto é: quem matou (a) quem) / *Amar **a Deus** sobre todas as coisas* / *Nem ele entende **a nós**, nem nós **a ele*** / *Consolou **aos amigos*** (nesses casos, a presença da preposição se deve, segundo o autor, ao fato dos verbos respectivos expressarem sentimentos a respeito de alguém).

Mais ampla é a informação que encontramos sobre este mesmo ponto em outra gramática atual da língua portuguesa, a de INFANTE (2001, p.440-441). Nela, pode-se ler:

Em alguns casos, o objeto direto pode ir precedido de preposição: é o chamado objeto direto preposicionado. Nesses casos, o verbo é sempre **transitivo direto** e seu complemento é, obviamente, um objeto direto. A preposição surge por necessidades expressivas ou por razões morfosintáticas, *mas nunca porque o verbo o exige (se isso ocorre o verbo seria **transitivo indireto**)*. Observem-se alguns objetos diretos preposicionados e os respectivos comentários:

*Estimo **aos meus colegas***

(*Estimar alguém*: o verbo é **transitivo direto**. A preposição **a** surge como recurso enfático e não porque o verbo a exija).

*A nova determinação inclui **a todos***

*A nova determinação inclui **a mim***

(*Incluir algo ou alguém*: o verbo é **transitivo direto**. A presença da preposição decorre do tipo de pronomes que atuam como objetos diretos: um pronome indefinido relativo a pessoa e um pronome pessoal oblíquo tônico).

Pelo geral, o **objeto direto** aparece ligado na maioria das gramáticas a outro conceito: a **transitividade**. Nesse sentido, diz-se que todo verbo é transitivo na medida em que admite um complemento de objeto direto. Ademais, a potencial polissemia que um determinado verbo pode apresentar tem conseqüências sintáticas, falando-se, assim, de usos **transitivos** e **intransitivos** de tal verbo. Os dicionários não são alheios a estes fenômenos e informam antes de cada definição se o uso do vocábulo em questão (nesse caso, um verbo) permite ou não a complementação mediante um objeto direto (isto é, se com esse valor semântico o verbo é ou não transitivo). Por exemplo, se consultarmos a última edição do *Diccionario* acadêmico da língua espanhola, a entrada correspondente ao verbo *informar*, encontramos:

**informar**. (Del lat. *informāre*.) tr. Enterar, dar noticia de una cosa. Ú. t. c. prnl. || **2.** ant. Fig. Formar, perfeccionar a uno por medio de la instrucción y buena crianza. || **3.** Completar una persona u organismo un documento con un informe de su competencia. || **4.** *Fil.* Dar forma sustancial a una cosa. || **5.** intr. Dictaminar un cuerpo consultivo, un funcionario o cualquier persona perita, en asunto de su respectiva competencia. || **6.** *Der.* Hablar en estrados los fiscales y los abogados.

Nesse sentido, devemos advertir imediatamente que apenas existem três possibilidades:

- **Verbos transitivos.** Aqueles que em todo contexto e em toda sua extensão significativa permitem sua complementação mediante um objeto direto (por exemplo, o verbo *comprar*).
- **Verbos transitivos e intransitivos.** Aqueles que, em função de sua diversidade significativa, podem ou não combinar-se com um objeto direto (por exemplo, como acabamos de ver, o verbo *informar*).

- **Verbos intransitivos.** Aqueles que, considerada toda sua extensão significativa, nunca podem combinar-se com um objeto direto (por exemplo, o verbo *acampar*).

Ora, se considerarmos o que a maioria das gramáticas de língua portuguesa afirma quando são analisados esses dois conceitos (**objeto direto** e **transitividade**), podemos comprovar que se fala da existência, dentro da transitividade, de uma **transitividade direta** e outra **indireta**. Como indica PERINI (2006, p.161-162):

Tradicionalmente, os verbos se distinguem em cinco tipos, de acordo com sua transitividade, a saber: verbos **transitivos diretos**, **transitivos indiretos**, **transitivos diretos e indiretos**, intransitivos e de ligação [o sublinhado é meu].

Mais além dessa classificação, PERINI, que constitui uma exceção respeito ao que habitualmente é expresso nas gramáticas de língua portuguesa, critica imediatamente este esquema, que já se exaltava desde a tradição gramatical portuguesa:

A noção tradicional de verbo “transitivo” em oposição a “intransitivo” se define assim: um verbo é “transitivo” quando exige a presença de um objeto direto em sua oração; e é “intransitivo” quando recusa a presença do objeto direto. A definição é suficientemente clara, e dela decorre que sempre que houver em uma oração um verbo transitivo, essa oração deve ter objeto direto; e sempre que houver um verbo intransitivo, a oração não pode ter objeto direto. Note-se que o sistema não prevê lugar para verbos que possam ter OD ou não, à vontade; logo, é de presumir que tais verbos não existam.

Na prática, porém, a definição não é respeitada. Classifica-se o verbo *comer* como “transitivo”, porque aparece com OD em

*Meu gato já comeu todo o mingau*

Mas *comer* aparece igualmente sem OD:

*Meu gato já comeu*

*Meu gato quase não come*

Exemplos como esses – que, como veremos, são numerosos – colocam em xeque o sistema tradicional (PERINI: 2006, p.162).

O que quer significar PERINI, como ele mesmo, mais adiante explica, é que a transitividade não é uma propriedade dos verbos, senão dos

contextos ou dos verbos em determinados contextos, isto é, como se usam os verbos efetivamente no discurso. Estamos, assim, ante **usos transitivos e não-transitivos** de determinados verbos, ou, melhor, podemos dizer que existe, uma quarta possibilidade, não contemplada no esquema tripartite antes proposto. A tipologia anterior deveria ser acrescentada com um quarto grupo, constituído pelos **usos não-transitivos** que podem se produzir com determinados verbos: *Ayer no compre / Ontem não comprei* (onde não é especificado o que é que deixou de comprar-se); o mesmo ocorre em enunciados do tipo *Mañana no comeré / Amanhã não almoçarei*, mesmo se no paradigma, o verbo *comer* é considerado como **verbo transitivo**. Em qualquer caso, o que aqui interessa agora é que a TRANSITIVIDADE de nenhuma forma pode ser considerada como um problema de caráter estritamente semântico. Não se trata, portanto, da necessidade ou exigência de um objeto direto que **complete** o sentido expressado pelo verbo, sem cuja presença a informação (e a oração) resultaria(m) sem sentido completo.

Talvez pudesse perguntar-se o que quer dizer **transitividade indireta** em português. A resposta já foi apontada acima, pois, e apenas por citar um dos vários exemplos da extensa bibliografia publicada no Brasil sobre este tópico, quando INFANTE fala a propósito da existência excepcional do **objeto direto precedido pela preposição a**, o autor distingue o que deveríamos entender por verbo transitivo direto e verbo transitivo indireto (INFANTE: 2001, p.441):

*(Estimar alguém: o verbo é transitivo direto. A preposição a surge como recurso enfático e não porque o verbo a exija).*

*A nova determinação inclui a todos*

*A nova determinação inclui a mim*

*(Incluir algo ou alguém: o verbo é transitivo direto. A presença da preposição decorre do tipo de pronomes que atuam como objetos diretos: um pronome indefinido relativo a pessoa e um pronome pessoal oblíquo tônico).*

Portanto, segundo o anterior, um verbo será considerado transitivo (independentemente do corolário “direto” ou “indireto”), sem seguir um

critério formal (como o que hasta agora se vinha seguindo), senão desde uma perspectiva semântica ou de sentido. <sup>2</sup>

A gramática moderna duvida desta concepção semântica. Por exemplo, no âmbito hispânico, ALCINA e BLECUA (1989, p.783-784), quando abordam na sua gramática uma tentativa de classificação da categoria verbal, falam nestes termos:

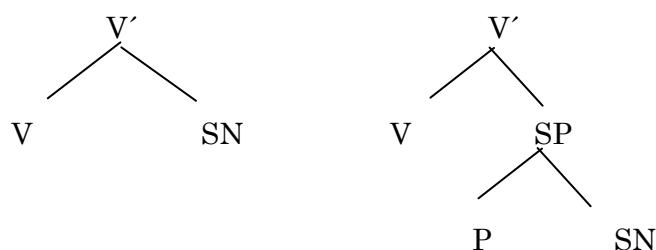
Se carece hasta ahora de una clasificación detenida del verbo por su significado. Términos como la oposición **transitivo** o **intransitivo** que se han empleado y a veces todavía se emplean para designar la capacidad designativa del verbo, suficiente por sí misma o necesitada de un complemento directo, *se han mostrado muy imprecisos y por la referencia a la presencia o ausencia de un constituyente muy bien caracterizado, de mayores posibilidades en el campo sintáctico que en el semántico* [o sublinhado é meu].

Com efeito, já o mesmo GILI GAYA, apesar de insistir nos conceitos vertidos pela tradição gramatical acerca da **transitividade verbal**, chamava a atenção sobre as inadequações que tal teoria apresentava no uso (1989, p.71):

Fácilmente se comprende que el significado de algunos verbos impide, o dificulta por lo menos, que puedan tener un objeto directo. Verbos como *morir, vivir, quedar, dormir, etc.*, se prestan mal a que haya una cosa *muerta, vivida, quedada, dormida*, distinta del sujeto. Pero a veces se puede extraer de la propia significación del verbo un complemento acusativo. En el párrafo anterior hemos dicho *Fulano murió una muerte gloriosa*, como podemos decir *Dormir un sueño tranquilo* o *vivir una vida miserable*. Hay siempre en ello cierta tautología que a veces, sin embargo, tiene valor expresivo. Tales verbos son **intransitivos por naturaleza**.

Por el contrario, otros verbos se inclinan, *por naturaleza también*, a llevar un complemento acusativo, como *dar, dejar, entregar, abandonar, mostrar*, los cuales difícilmente pueden prescindir de enunciar la cosa *dada, dejada, entregada, abandonada, mostrada*, **para que la oración tenga sentido**. Sin embargo, un recadero al terminar su trabajo dice que *ha entregado*, o podemos decir que un ciclista *ha abandonado* a la primera carrera. **Lo más general es que la significación de los verbos no dificulte que puedan usarse como transitivos o intransitivos** [o sublinhado é meu].





El verbo rige el SN en (a), pero no en (b), ya que en este segundo caso entre el nudo V' que domina tanto a V como a SN se interpone una proyección máxima, SP, cuyo núcleo (la preposición) es la que actúa de categoría rectora del SN. Cabe, pues, definir (de forma simplificada) el concepto de rección del modo siguiente (RADFORD, 1981:319): “X rige a Y si (y sólo si) X es la categoría rectora mínima que manda categorialmente a Y” (HERNANZ e BRUCART, 1987, p. 245)

Em qualquer caso, convém tomar em conta que nem sempre a análise sintática que se estabelece nas gramáticas de língua espanhola e de língua portuguesa é coincidente, e, portanto, não é atribuída a mesma função — ou se diz que não desempenham a mesma função, determinados elementos oracionais cujas origens e significado são semelhantes em ambas as línguas. É o caso de enunciados formados ao redor do verbo **obedecer** respectivamente em espanhol e português. Na definição do verbo, o *Diccionario* acadêmico da língua espanhola diz:

**obedecer.** (De un der. en *-sco* del lat. *oboedire*). tr. Cumplir la voluntad de quien manda. *Obedecer a los padres.* || **2.** intr. Dicho de un animal: Ceder con docilidad a la dirección que se le da. *El caballo obedece al freno, a la mano.* || **3.** Dicho de una cosa inanimada: Ceder al esfuerzo que se hace para cambiar su forma o su estado. *El oro obedece al martillo. La enfermedad obedece a los remedios* || **4.** Dicho de una cosa: Tener su origen en otra. *Tu cansancio obedece a la falta de sueño.* ¶ MORF. conjug. c. *agradecer.*

Do início, seria conveniente advertir do fato que parece um pouco fraco o conteúdo da acepção que expressa o significado transitivo do verbo porque, por exemplo, não parece esclarecer um fenômeno de substancial importância na língua espanhola: a exigência gramatical de que o objeto direto de pessoa vai precedido pela preposição *a*, algo completamente alheio à gramática

portuguesa, mesmo se, como já foi apontado, podem dar-se casos isolados de objetos diretos com preposição em português, cuja justificativa não é diretamente relacionada com o caso do espanhol.

O *Esbozo* da *Real Academia Española* aponta as regras que determinam em espanhol o uso da preposição **a** no *objeto directo* (1981, p.372-375):

- Con nombres propios de personas o de animales irracionales: *Estimo a Pedro; He visto a Juana; Don Quijote cabalgaba a Rocinante.*
- Con nombres propios que no sean de personas o animales, cuando no lleven artículo: *Deseo ver a Roma; He visto a Cádiz;* pero, *Atravesó el Ebro; He visto La Coruña.* En la actualidad son frecuentes, incluso en estos casos, los usos del objeto directo sin preposición: *Conozco Colombia; Visitamos Barcelona.*
- Con los pronombres *él, ella, ellos, ellas, este, ese, aquel, alguien, nadie, quien,* y con *uno, otro, todo, ninguno* y *cualquiera*, cuando se refieren a personas: *No conozco a nadie; No quiere a ninguno; ese a quien viste ayer,* etc. Sin embargo, hay otras construcciones con *quien* en las que se omite la preposición: *No tengo quien me preste.*
- Con nombres apelativos de personas o animales que lleven artículo u otro complemento que los precise y determine de tal manera que vengan a convertirse en designaciones individualizadas equivalentes a las de los nombres propios (en cualquier caso, vale decir que se aplica la regla de obligatoriedad de la preposición **a** antes del objeto directo cuando el sustantivo *se refiere* a seres animados –personas o animales-): *Busco a mi criado; Llamaron al mejor médico de la ciudad; Visité al Capitán General.*

Ao lado das regras, também aparecem os casos excepcionais a seguir:

- ***Pueden, además, llevar la preposición “a” cuando funcionan como objeto directo:***
  - ✓ Los nombres de cosas que personificamos o que usamos como complemento de verbos que por lo regular llevan complemento de persona con dicha preposición. Así, se dice: *Llamar a la muerte; Más temen a los historiadores que a sus enemigos; más a la pluma que al acero.* Es de notar, con todo, que el grado de personificación que se atribuye al objeto directo decide en cada caso el empleo u omisión de **a**. Así, no es lo mismo, estilísticamente, *respetar la justicia* (como virtud) que *respetar a la Justicia* (como institución) –si bien, en ambos casos, la función sintáctica sería idéntica-.
  - ✓ La llevan también los colectivos de persona, pero sólo cuando la acción que denota el verbo se ejerce sobre los individuos. Así, se dice: *Entretener al pueblo; halagar a la muchedumbre.*

- ✓ Também se emplea (aquí coincide con algunos usos de la lengua portuguesa) cuando hay que evitar la ambigüedad: *Todos le temen como **al** fuego.*
- **Deja de usarse la preposición “a” cuando, según la norma, debería usarse:**
  - ✓ En el caso de que deba distinguirse el objeto directo de otro que no lo sea, deja aquél de llevar la preposición **a**: *Prefiero **Barcelona a Madrid.***
  - ✓ Con todo, si el objeto directo es nombre propio de persona, no puede omitirse la preposición; lo que suele hacerse entonces es construir el objeto directo junto al verbo y delante del indirecto: *Allí se daría orden de llevar **a Dorotea (OD) a sus padres (OI).*** Con todo, no siempre queda resuelta la ambigüedad, sino que queda abierta a la doble interpretación, como, por ejemplo en: *Recomiende usted **a mi sobrino al señor director.*** ¿Quién es el recomendado, el *director* o el *sobrino*? Para resolver esa dificultad, es frecuente colocar el **objeto directo junto al verbo y sin preposición**, seguido del indirecto con *a*, y decir, por ejemplo: *Recomiende usted (SUJ) **mi sobrino (OD) al señor director (OI).***

Voltando agora ao exemplo anterior, **obedecer**, podemos observar que, na definição acadêmica, não parece deixar-se aberta a possibilidade de existirem construções com esse verbo sem a presença da preposição **a**. Porém, se considerarmos o significado de **obedecer** como “cumplir (*obedecer*) el mandato o la orden (*la voluntad*) recibidos de alguna persona: *el soldado obedeció fielmente las órdenes recibidas*”, onde **las órdenes recibidas** (objeto direto) aparece sem preposição, estaríamos diante de um caso de objeto direto do verbo **obedecer** sem preposição.

E é aqui onde começa o problema, não só no que respeita à análise sintática em si, mas também, por exemplo, no momento de substituir o objeto verbal pelo pronome correspondente. Analisemos agora a entrada **obedecer** num dos dicionários de referência da língua portuguesa no Brasil, o *Aurélio*:

**obedecer.** *V. t. i.* **1.** Sujeitar-se à vontade de. **2.** Estar sob a autoridade de; estar sujeito; prestar vassalagem. **3.** Não resistir; ceder. **4.** Estar ou ficar sujeito a uma força ou influência. **5.** Submeter-se ao mais forte; render-se. **6.** Cumplir, ejecutar. **7.** Seguir o impulso de alguma coisa. *Int.* **8.** Submeter-se à vontade de ejecutar as ordens de outrem. [Conjug.: v. *aquecer*].

Além de utilizar a denominação de **transitivo indireto** para designar este tipo de verbos, o que se desprende desta análise é que o verbo **obedecer** SEMPRE exige em português a preposição **a** no complemento e, nesse sentido, dito complemento verbal, **NUNCA** poderá ser considerado como **objeto direto**. Pelo contrário, em espanhol, as construções com o mesmo verbo poderão ou não levar a preposição **a** (por motivos diversos que no caso do português) e, ademais, em todos os casos, falaremos da existência de **objetos diretos**. Temos, portanto:

- *Juan obedeció a sus padres.* Construção **transitiva** em espanhol com objeto direto precedido pela preposição **a** devido a que se trata de um substantivo referido a pessoas.
- *João obedeceu a seus pais.* Construção **transitiva indireta** em português, o que justifica formalmente a presença da preposição **a**. Portanto, as gramáticas de língua portuguesa outorgam ao segmento *a seus pais* a função de **objeto indireto**, pois aparece precedido por uma preposição.
- *El soldado obedeció las órdenes del General.* Construcción transitiva en español con **objeto directo sin preposición** debido a que se trata de un sustantivo que no se refiere a persona o animal.
- *O soldado obedeceu às ordens do General.* Construção igualmente transitiva indireta em português como no exemplo anterior. Como vemos, o que aqui importa é o regime verbal, independentemente da subcategorización do substantivo (animado ou não) e do significado do verbo (que se considera **transitivo**, como em espanhol,

porém **indireto** desde uma perspectiva formal). A função que desempenha o segmento **às ordens do General** é a de **objeto indireto**.

Haverão de ser considerados, portanto, todos esses fatos na hora de determinar, por exemplo, as correspondentes substituições pronominais, que deverão respeitar as funções sintáticas dentro da gramática das respectivas línguas, o que constitui um sério problema para o aluno de línguas estrangeiras, mesmo quando lida com verbos que, nas duas línguas apresentam uma forma, um significado e um uso contextual muito próximo.

Em outros casos se produzem em espanhol alguns fenômenos que, não ocorrendo de forma paralela em português, devem ser considerados no momento de proceder às respectivas substituições pronominais. Tal é o caso do que ocorre com alguns dos sentidos que apresenta em espanhol o verbo **pegar**. Em especial, estamos fazendo referência às acepções 5ª e 6ª que aparecem na última edição do *Diccionario* acadêmico:

**pegar**. (Del lat. *picāre*) tr. **5**. Castigar o maltratar a alguien con un golpe. || **6**. Dar un determinado golpe. *Pegar un bofetón, un tiro*.

É evidente que, no primeiro caso – quinta acepção, e mesmo que não se trate de um uso muito comum, o verbo **pegar** se emprega em lugar de **golpear**. No segundo caso – sexta acepção, como a própria definição revela, alude-se no uso ao verbo **dar** (que implica semanticamente um duplo complemento verbal: dar [algo] [a alguém]). Temos, então, que na oração

*El ladrón pegó a su compinche*

o segmento *a su compinche* desempenharia a função de **objeto direto** do verbo *pegó* (que possui, em dito contexto, o sentido de “golpear”). Porém, na oração

*El ladrón pegó un tortazo a su compinche*

o segmento *a su compinche* desempenha a função de **objeto indireto** do verbo *pegar* (que possui, em tal contexto, o sentido de “dar”, “*propinar*”), e cujo **objeto direto** estaria constituído pelo segmento *un tortazo*.<sup>3</sup>

### Referências Bibliográficas

ALARCOS LLORACH, E.; *Gramática de la lengua española*; Madrid, Espasa-Calpe, 1999.

ALCINA FRANCH, J.; BLECUA, J.M.; *Gramática española*; Barcelona, Ariel, 1989.

ALONSO, A.; HENRÍQUEZ UREÑA, P.; *Gramática castellana*; Buenos Aires, Losada, [1938] 1999.

ALVAR, M.; POTTIER, B.; *Morfología histórica del español*; Madrid, Gredos, 1983.

ARISTÓTELES; *Tratados de lógica (Órganon) (I) Categorías. Tópicos. Sobre las refutaciones sofísticas*; Introducción, traducciones y notas de M. CANDEL SANMARTÍN, Madrid, Gredos, 1982.

BECHARA, E.; *Moderna gramática portuguesa*; Rio de Janeiro, Lucerna, 2004.

BLINKENBERG, A.; *Le problème de la transitivité en français moderne. Det Kgl. Danske Videnskabernes Selskab Historiskfilosofiske Meddelelser*, 38, 1, 1960. Copenhagen.

BOSQUE, I.; DEMONTE, V.; *Gramática descriptiva de la lengua española*; Madrid: Gredos, 1999, 3 vols.

BUGUEÑO MIRANDA, F.; Sobre algunos tipos de falsos cognados; In: *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*, nº 8, 1998, p.21-27.

CEREJA, W.R.; *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação*; São Paulo: Atual, 2005.

CHOMSKY, N.; *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

DUBOIS, J. *et al.*; *Diccionario de lingüística*; citamos por la edición dirigida y adaptada al español por A. YLLERA, Madrid, Alianza Editorial, 1979.

FERREIRA, A.B.H.; *Dicionário Aurélio Básico*. Recife: Editora JORNAL DO COMERCIO / Editora Nova Fronteira, 1988.

GILI GAYA, S.; *Curso Superior de Sintaxis Española*. Barcelona: Bibliograf, 1989.

GÓMEZ TORREGO, L.; *Gramática didáctica del español*; Madrid: SM, 1997.

HERNANZ, M.L.I.; BRUCART, J.M.; *La Sintaxis. (Principios teóricos. La oración simple)*. Barcelona: Editorial Crítica, 1987

INFANTE, U.; *Curso de Gramática Aplicada aos Textos. Edição revista e ampliada*. São Paulo: Scipione, 2001

KEHDI, V.; *Morfemas do português*; São Paulo, Ática, 1990.

MAIA, J.D.; *Português*; São Paulo: Ática, 2000.

CÂMARA Jr., J.M.; *Problemas de lingüística descritiva*; 9ª edição, Rio de Janeiro, Vozes, 1978 (*Apud*. ZANOTTO, N., 2001).

MILANI, E.M.; *Gramática de espanhol para brasileiros*; São Paulo: Saraiva, 1999.

MIRANDA POZA, J.A.; Estructura sintáctica, significado y sentido de los verbos “gustar” (español) y “gostar” (portugués); In: MIRANDA POZA, J.A.; ANDIÓN HERRERO, M.A.; GIL BÜRMAN, M.; RODRIGUES, J.P.M.; *Lengua, cultura y literatura aplicadas a la enseñanza aprendizaje de E/LE. (Curso de Actualización Teórica y Didáctica para Profesores Brasileños de Español)*; Recife, Bagaço, 2008, p.103-122.

MIRANDA POZA, J.A.; COSTA, Z.G.; Problemas de confusión terminológica en la clase de E/LE. Sobre sonidos, fonemas y letras; In: MIRANDA POZA, J.A.; RODRIGUES, J.P.M.; CENTURIÓN, J.I.J.; *Anais do I Congresso Nordestino de Espanhol*; Recife, Editora Universitária UFPE, 2008, p.192-229.

PASCHOALIN, M.A.; *Gramática: teoria e exercícios*; São Paulo, FTD, 1996.

PERINI, M.A.; *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2006

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA; *Gramática de la lengua española*; Madrid, Espasa-Calpe, 1931.

-----; *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*; Madrid, Espasa-Calpe, 1981.

SILVA, M.C.P.S.; KOCH, I.G.V.; *Lingüística aplicada ao português: morfologia*; 8ª edição, São Paulo, Cortez, 1995.

TERRA, E.; *Curso prático de gramática*; São Paulo: Scipione, 1991.

WELTE, W.; *Lingüística moderna. Terminología y bibliografía*; Madrid, Gredos, 1985.

ZANOTTO, N.; *Estrutura mórfica da língua portuguesa*; 4ª edição revista, Caxias do Sul, EDUCS, 2001.

## Anexos

AUTOR	TÍTULO	GRAU DO SUBSTANTIVO	GRAU DO ADJETIVO
RAE	Gramática de la lengua española, 1931.	Nada se diz sobre o grau do substantivo.	Fala-se da existência de grau positivo, comparativo e superlativo.
	Esbozo, 1981.	Aumentativo e diminutivo aparecem por igual nos substantivos e adjetivos: <i>hombre, hombrón, hombrecillo / bueno, [buenazo], buenacillo</i> .	
Alcina e Blecua	Gramática española, 1989.	Não se faz menção do grau dentro da classe dos substantivos.	O grau é entendido como a atribuição mais intensa ( <i>español / muy español</i> ) ou como a contraposição predicação / negação ( <i>bueno / malo</i> ). Destingüem ademais entre: 1) <b>Gradação léxica</b> ( <i>ardiente – caliente – templado – tibio- fresco- frío – helado – gélido</i> ) 2) <b>Gradação morfosintática.</b> ( <i>celebérrimo / muy célebre</i> )
Alonso e Henríquez Ureña	Gramática castellana, [1938], 1999.	Não se menciona o grau no capítulo dedicado ao substantivo.	Fazem menção aos graus de significação do adjetivo ( <i>alto / más alto / altísimo</i> ).
Gómez Torrego	Gramática didáctica del	Utilizam os mesmos conceitos que nos casos	

	español, 1997.	anteriores: nada se diz da possível existência de grau no substantivo, ficando circunscripto apenas ao âmbito da significação própria dos adjetivos	
<b>Alarcos Llorach</b>	Gramática de la lengua española, 1999.		
<b>Alvar e Pottier</b>	Morfología histórica del español, 1983.	Falam de gênero e número como categorias próprias dos substantivos.	Dedicam um capítulo ao comparativo e superlativo dos adjetivos.
<b>Bosque e Demonte</b>	Gramática descriptiva de la lengua española, 1999.	Nem o <i>nome comum</i> , nem o <i>nome próprio</i> apresentam grau para esses autores.	O traço semântico básico distintivo dos <i>adjetivos qualificativos</i> é possuir um significado de grau: <i>Increíblemente rápido</i> <i>Muy delgado</i> <i>Juan es el doble de alto que su hermano</i>

<sup>1</sup> A elaboração desta obra partiu de uma constatação: estudantes de português como segunda língua dispunham de bons métodos didáticos para entender, falar, ler e escrever o novo idioma. Mas careciam de uma Gramática específica, pois todas as obras do gênero visam à sistematização do português, língua materna. Também os professores desses alunos sentiam falta de um subsídio adequado. (MASIP: 2000, p.7).

<sup>2</sup> Por outro lado, e sem querer entrar completamente neste complexo problema, tudo parece indicar que muitos de esses verbos considerados, ao menos dentro da que poderíamos denominar *tradição gramatical* da língua portuguesa, como **transitivos indiretos** não se diferenciam muito do fenômeno conhecido como **regência verbal** e que dá lugar, na tradição gramatical de língua espanhola, ao que se chamava **complemento regente ou complemento de régimen verbal**, que encontrou, no contexto hispânico, a feliz proposta do professor ALARCOS LLORACH (1999, p.351) quando caracteriza como tal o que ele denominava, desde uma perspectiva funcional, **suplemento**:

*Ciertos verbos especifican la referencia real de su significado léxico agregando un adyacente que, a diferencia del objeto directo, va precedido por una determinada preposición: **Hablan de música, Acabó con sus ahorros, Confío en la suerte, Olían a carbonilla, Preguntaron por la carta.** A primera vista, los segmentos de música, con sus ahorros, en la suerte, a carbonilla, por la carta ofrecen estructura semejante a la de otros adyacentes provistos también de preposición, como los de estas otras oraciones: **Hablan de memoria, Acabó con rapidez, Confío en general, Olía a distancia, Preguntaron por carta.***

*Sin embargo, varios rasgos distinguen los objetos preposicionales (o suplementos) de la primera serie respecto de los adyacentes circunstanciales de la segunda. Aquellos pueden ser respuestas a preguntas como **¿De qué hablan?, ¿Con qué acabó?, ¿En qué confías?, ¿A qué olía?, ¿Por qué preguntaron?,** todas con la*

---

*unidad interrogativa qué precedida de la preposición. Por los adyacentes de la segunda serie se preguntaría con una unidad adverbial: ¿Cómo hablan?, ¿Cómo acabó?, ¿Cómo confías?, ¿Cómo olía?, ¿Cómo preguntaron?*

<sup>3</sup> Note-se, mais uma vez, que espanhol e português apresentam estruturas sintáticas divergentes, mesmo se, da perspectiva semântica e inclusive etimológica, as evoluções tenham sido convergentes. Em português, por exemplo, para o primeiro dos casos que propomos, apresentaria um enunciado do tipo *O ladrão espancou o comparsa*, verbo transitivo direto, que não exige preposição diante do objeto direto. Por isso, a diferencia do que ocorre em espanhol, o objeto direto desse verbo t.i. é insensível à matriz semântica do substantivo *comparsa* [+animado]. Pelo contrário, na segunda oração haveria de recorrer a um enunciado equivalente do tipo *O pai deu uma bofetada ao filho / Deu-lhe uma bofetada*. Aqui, *uma bofetada* (*un tortazo*) é, como em espanhol, o **objeto direto** de *deu* (*pegó / dio*) e *ao filho* constituiria o **objeto indireto** do verbo.